

A ECONOMIA ARGENTINA E A AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO 2002-2009: JOGOS DE INTERESSES E CONFLITOS (Parte II*)

Guillermo Hillcoat**

Resumo: A conjuntura internacional esboçada no final de 2002 abre um período de forte e sustentado crescimento econômico (2002-2008) resultante de: uma forte expansão do comércio internacional e uma melhoria sem precedentes dos termos de troca em favor dos países produtores de matérias primas. No caso da Argentina, o aumento das exportações agrícolas e a melhoria dos termos de troca contribuíram neste período para o saneamento das finanças públicas e para a formação de um excedente comercial substancial, resultando em uma melhoria sensível da balança corrente. Conjuntamente, o crescimento econômico e o saldo externo positivo possibilitaram dissimular os problemas de competitividade que persistiram, tais como a balança bilateral com o Brasil e a China. Contudo, a política de taxação das exportações, implantada a partir de 2002, mais um certo número de medidas administrativas de proibição ou de restrição quantitativa irão penalizar certos produtos (o leite e a carne, e em seguida o trigo e o milho), e reforçar o viés favorável à cultura da soja. O crescimento das despesas públicas, induzido por uma política pró-cíclica que implementou diversos subsídios em favor do setor industrial e de serviços, desemboca num aumento das retenções sobre as exportações. O nível da taxação ultrapassou o limite de tolerância dos produtores em março de 2008. A queda de braço com o governo levou a um longo conflito. O último trimestre de 2008, o contexto econômico internacional se degrada. A queda dos preços das matérias primas torna insustentável esta política e coloca um desafio maior à gestão macroeconômica em execução.

Palavras-chave: Exportação agrícola. Política comercial. Argentina.

Classificação JEL: F32; N36; Q13.

* A primeira parte deste artigo foi publicada no v. 8, n.2 desta Revista. Tradução de Ivan Targino e Ignácio Tavares de Araújo Júnior.

** Maître de Conference. Centre d'Economie de la Sorbonne. Université Paris1. Panthéon-Sorbonne. CNRS-UMR 8174

Abstract: The international conjuncture, from the end of 2002 onwards, marks the beginning of stable and strong economic growth (2002-2008) resulting from a large increase in international trade and an unprecedented improvement in the terms of trade in favour of countries producing raw materials. In the case of Argentina, the increase in exports of agricultural products and the improvement in terms of trade contributed, during that period, to creating healthier public finances and to the emergence of a substantial trade surplus, thus leading to a considerable improvement in the current account balance. In parallel, the economic growth and positive external balance have made it possible to dissimulate the competitively problems which remained, such as the bilateral balance with Brazil and China. Nevertheless, the taxation policy concerning exports, re-instated in 2002, and a certain number of administrative measures which impose bans or quantitative restrictions will penalise certain products (dairy products, meat, wheat and corn), and reinforce a favourable bias on Soya cultures. The amplification of public spending, brought on by pro-cyclical policy in addition to various subsidies in the industrial and services sectors, lead to a greater fiscal weight on exports. The level of taxation reached the tolerance barrier of producers in March 2008. The stalemate with the government then lead to a long conflict. In the last quarter of 2008, the international economic context deteriorated. The fall in prices of commodities makes this policy untenable and creates a major challenge for the current macroeconomic management.

Key-words: Agricultural exportations. Comercial policy. Argentina.

JEL Code: F32; N36; Q13

4 O agravamento da crise mundial: choques exógenos que obrigam a mudar de rumo

4.1 As luzes ficam vermelhas para o comércio exterior

Durante os primeiros meses da crise financeira, dita de subprimes, desencadeada nos Estados Unidos durante o verão de 2007, o mercado imobiliário degradou-se nos países industrializados e as bolsas iniciaram um lento e progressivo recuo, mas os preços das matérias primas dispararam, em particular no primeiro semestre de 2008. Tomando o ano de

1995 como base, o índice argentino dos preços das matérias primas expressos em dólar tinha atingido 114,4 , em média, no período 2004-2007, e 227,3 em julho de 2008 (ver Gráfico 4.1)

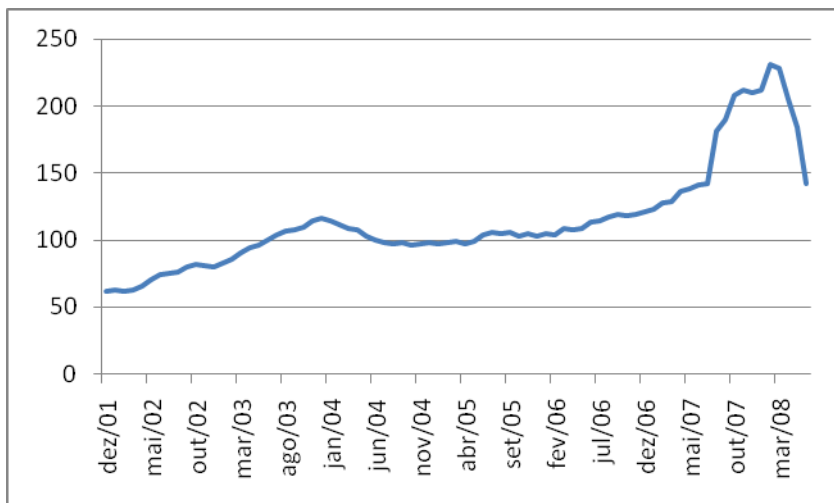


Gráfico 4.1 – Argentina: Índice das matérias primas em dólar. (Dez 1995 = 100)

Fonte: Fonte : IERAL, segundo dados da BCRA, 13.11.2008.

Posteriormente, a crise afetou todas as áreas das finanças mundiais. Contaminou o setor bancário no conjunto dos países industrializados, provocando uma retração do crédito interbancário e um risco de falências bancárias em cadeia.

Os Estados vieram em socorro, contudo, a partir do verão de 2008 a crise se agravou com repercussões sobre as principais variáveis da economia real: consumo e investimento. As previsões realizadas pelas instituições internacionais tiveram de ser revistas para baixo. É certo que o conjunto do mundo desenvolvido registrará um forte crescimento negativo em 2009.

De qualquer maneira, o conjunto das regiões e países em desenvolvimento, inclusive os países emergentes, é afetado pela

contração e pela recessão instalada nos Estados Unidos, Europa e Japão.

Assim a hipótese de “descolamento”, segunda a qual os países emergentes e uma parte dos países em vias de desenvolvimento (PVD) podiam ser poupados pela crise financeira dos países centrais, evocada ainda no início do ano passado, não mais se sustenta.

Tomemos o exemplo da China. Lembramos que a China, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão representam 48% de seus mercados. E para certos produtos, a China representa entre 20% e 40% da demanda mundial de matérias primas, tais como o cobre, os combustíveis, o alumínio, o aço, a soja e o arroz.

É preciso lembrar que, nos últimos anos, o aumento dos preços das matérias primas se explica pelo aumento da participação da China e da Índia no PIB mundial. Estes dois países representavam 11% do PIB mundial, em 2001, e mais de 15%, em 2007. No mesmo período, o preço em dólar das matérias primas aumentou em 97,4%.

A recessão generalizada se traduziu em uma contração das trocas e pela primeira vez desde 1982, segundo estimativas da OMC, as trocas mundiais vão diminuir em 9%, em 2009.

Esse contexto obscurece as perspectivas macroeconômicas na Argentina e, em consequência, a pedra angular do crescimento econômico iniciado em 2003, como nós discutimos anteriormente, que foi o dinamismo do comércio exterior pelo aumento das receitas das exportações e a melhoria sem precedentes dos termos de troca; estes fundamentos são colocados em questão no novo contexto.

Em 2008, o excedente comercial permaneceu largamente positivo pois as exportações atingiram cerca de 71 bilhões de dólares (mais 27% em relação a 2007) contra 57,4 bilhões das importações. Ora, as exportações começaram a cair no final do ano, menos 24% em ritmo anual em dezembro de 2008. Esta

tendência foi reforçada em 2009. No primeiro trimestre, as importações diminuíram 38% e as exportações 19%¹.

Para o ano de 2009 as exportações deverão se situar entre 55 e 60 bilhões de dólares, bem abaixo dos 78 bilhões previstos pelo orçamento do Estado. Assim, se a performance dos anos “dourados” (2003-2008) resultou do dinamismo do comércio exterior, a retração da demanda mundial vem agravar os desequilíbrios e vulnerabilidades inerentes ao modelo econômico em execução e levar a economia Argentina à recessão.

Especialmente porque a economia Argentina é mais sensível à evolução do comércio mundial, uma vez que seu grau de abertura aumentou sensivelmente desde o início dos anos 90. Lembramos que a relação “(exportações + importações) / PIB” era de 16%, em 1993, e ultrapassou 45%, em 2008.

Apenas a relação importações/PIB passou de 10% a 20% no mesmo período, isto é um quinto do PIB. Segue-se que a diminuição das exportações vai se traduzir por uma diminuição das importações, o que afetará em sentido recessivo, a economia Argentina.

O perfil exportador da Argentina, em termos geográficos é bastante diversificado. Seus principais mercados são o Mercosul com 22,5% (18,5 dos quais com o Brasil), o resto da América Latina com 13%, a União Européia com 19%, 10% para o NAFTA e 10% para a China. Ora estas economias estão em recessão ou em vias de contração e registram uma queda de suas importações.

A parada brusca dos fluxos comerciais do Brasil e da China ilustra esta situação:

- a) Brasil: As importações totais brasileiras que progrediam de 40%, só aumentaram 9% em novembro de 2008. Em um ano, o PIB brasileiro progrediu 5,8% e, no melhor dos casos, a taxa de crescimento prevista para

¹ INDEC, abril 2009.

2009 será a metade, enquanto que o real depreciou-se fortemente vis-à-vis o dólar. Com efeito, o Brasil vê-se confrontado desde o verão de 2008 com uma inversão dos fluxos de capitais, associada a uma forte desvalorização de sua moeda e ao colapso da Bolsa, com depreciação dos valores dos ativos. O país foi atingido pela crise internacional via mecanismos financeiros e conhece uma forte desaceleração de sua economia e de suas importações. Estas não só não crescem mais a 20% ao ano (quatro vezes mais que o PIB), como também o excedente comercial desapareceu e o déficit da balança comercial, ainda que moderado, reapareceu, equivalente a 1,4% do PIB em agosto de 2008². As trocas entre a Argentina e o Brasil começaram a diminuir em outubro de 2008, no primeiro semestre de 2009 elas se contraíram fortemente. Durante o primeiro semestre deste ano, as importações argentinas provenientes do Brasil diminuíram em 44,5%, enquanto que as exportações argentinas caíram em 20%. Esta forte contração das importações brasileiras afeta as exportações argentinas, em particular a dos produtos industriais que representam 51% das vendas argentinas para o Brasil (Gráfico 4.2).

- b) China: No caso da China, as importações totais aumentaram de 40%, em termos anuais, no primeiro semestre de 2008, mas só progrediram 15% no último trimestre. As trocas bilaterais Argentina / China aumentaram rapidamente desde o início da década (ver Gráfico 4.3). Os fluxos foram multiplicados por sete e sua evolução permaneceu equilibrada, sendo que o saldo comercial tornou-se superavitário para a Argentina a partir de 2002. As exportações chinesas para a Argentina

² BNPPARIBAS, Conjoncture, janeiro 2009.

progrediram bastante a partir de 2006, mas esta progressão foi mais que compensada pelo aumento dos preços das matérias primas que representam mais de 90% das exportações argentinas para a China. Foi a queda dos preços das commodities que, no final de 2008, reverteu o saldo bilateral em favor da China³.

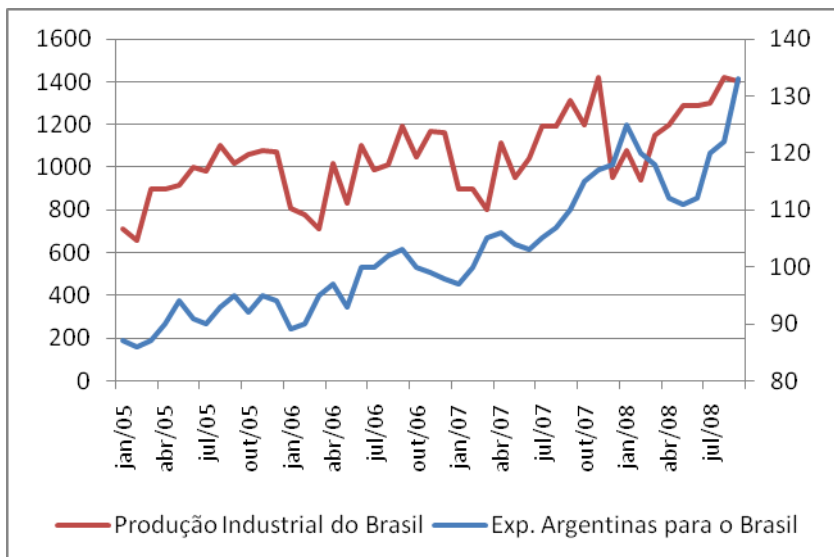


Gráfico 4.2 – Esportações argentinas para o Brasil e produção industrial brasileira (jan/05 a out/08)

Fonte: IERAL segundo dados do IBGE et do INDEC em 16.10.2008.

Nota: Exportações argentinas em milhões de US\$; Produção industrial do Brasil, base 2002 = 100

³ Abeceb.com. Informe Económico Semanal. 2.02.2009.

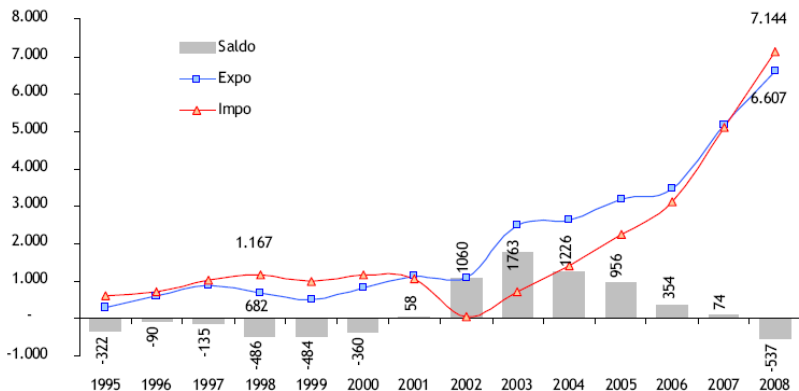


Gráfico 4.3 – Trocas comerciais da Argentina com a China (em milhões de US\$)

Fonte: abeceb.com, segundo dados do INDEC em 2.02.2009.

Quanto aos governos das províncias, as transferências que vão receber são, ao final, bastante modestas, segundo as estimativas entre 1,4 e 1,8 bilhões de dólares, de acordo com o resultado da colheita. Além disso, essas transferências são acompanhadas de um duplo mecanismo de redistribuição:

- a) de acordo com o primeiro, as províncias não produtoras de grãos, tais como a Patagônia ou a cidade de Buenos Aires, receberão uma transferência líquida enquanto que as províncias grandes produtoras de soja (Córdoba, Santa Fé, Buenos Aires) permanecerão como contribuidoras líquidas;
- b) o segundo mecanismo obriga as administrações de província a cederem 30% às municipalidades proporcionalmente às suas populações; assim serão os conglomerados urbanos os beneficiários.

4.2 As luzes vermelhas também se acenderam em termos de receitas fiscais

Compreendendo o tempo de produção das culturas de inverno e de verão, a produção de grãos para exportação

estende-se por dois anos. Assim, a conjugação de três elementos adversos no início da safra 2008/09 vai se traduzir em recuo da produção e da oferta das exportações. Estes três fatores são: a reversão do contexto mundial e a queda dos preços internacionais; as conseqüências negativas da crise sobre o plano interno, em particular, sobre as relações entre o governo e o setor agrícola; e fatores climáticos prejudiciais (uma seca que prejudicou bastante o cultivo e a produção das culturas de inverno).

Assim, a partir de estimativas da produção e dos níveis dos preços, pode-se fazer uma idéia da contribuição do setor agrícola para a balança comercial, para a coleta de impostos e, portanto, para o superávit orçamentário, cujo papel essencial na sustentabilidade da gestão macro-econômica foi visto anteriormente.

A produção vai declinar de forma expressiva em relação à safra 2007/08. Esta queda se explica por uma diminuição na área cultivada por causa da seca e das incertezas dos agentes econômicos, isto é, os produtores agrícolas, que se traduzem em uma diminuição da rentabilidade, na crise do crédito e nas políticas públicas que eles consideram contrárias aos seus interesses.

Segundo estimativas locais, a diminuição da produção de grãos deveria situar-se em torno de 30%⁴. Assim, com uma colheita de 65 milhões de toneladas, lembramos que ela tinha atingido 92 milhões em 2007/08, a produção voltará ao nível de dez anos atrás.

A queda da produção é pronunciada no caso dos cereais, do trigo, do milho e mesmo do girassol; superior a 30%. Estas culturas foram atingidas fortemente pela seca que se traduziu em menor produtividade e em menor área colhida. No caso do trigo,

⁴ Instituto de Estudios Economicos/ Sociedad Rural Argentina y Política agropecuaria: *Pérdida de ingreso en el país por menor producción*. Néstor Eduardo Roulet, vice presidente de la CRA.

por exemplo, a área alugada diminuiu em 20% e a produção em 48%. Isto é, cerca da metade da produção a menos se explica pela diminuição da área dedicada à cultura. Fenômeno similar ocorreu com o milho. Ao contrário, a área alugada para o cultivo da soja aumentou 5%, aumentando sua participação no total da área cultivada e na produção total de grãos. Isto apesar de uma colheita que deveria atingir 34 milhões de toneladas (-29%).

Ainda uma vez, tal como explicado anteriormente, em um contexto de incertezas, de uma progressão dos custos de produção, de uma tributação inalterada e dos preços tendentes à baixa, a cadeia produtiva da soja se fortalece.

O nível dos preços nos mercados internacionais determinara, a partir de um volume de produção dado, o montante final das exportações em 2009, assim como o nível de renda bruta para os produtores e o montante dos impostos coletados a título de impostos sobre a exportação.

Qual será o nível de preço ao qual será negociada a oferta exportável da safra 2008-2009?

Atualmente, o nível dos preços do trigo e do girassol é o mesmo de dois anos atrás (janeiro 2007), para o trigo é ligeiramente abaixo, só o preço da soja é superior em 50%.

É difícil estimar com precisão e para cada um dos produtos o nível dos preços ao qual o volume total será comercializado. Sabe-se que os produtores praticam diferentes modalidades segundo suas restrições: a venda a termo e com os preços pré-fixados; a venda por ocasião da colheita ou; estocagem para poder comercializar depois, se eles têm os meios necessários para esperar. Pode-se considerar que os volumes exportados se subdividem segundo essas três modalidades.

De acordo com a Tabela 4.1, a diminuição dos preços FOB para a safra atual deveria situar-se em - 20% para a soja e - 45% para o girassol. Os percentuais para o milho e o trigo situam-se em patamares intermediários.

Tabela 4.1 – Safra agrícola 2008/2009. Preços FAS de venda observados e estimados (Bolsa de Rosário)

Em US\$ por ton.

Safra	Trigo	Milho	Sorgo	Soja	Girassol
2007/2008	184	289	133	289	368
2008/2009	122	237	84	237	197
Variação	-33.7%	-20.0%	-37.1%	-18.0%	-46.5%

Fonte : IERAL, segundo dados da SAGPyA et da Bolsa de Comércio de Cereais, 12.02.2009.

Nota : média simples para 12 meses, incluindo preços de mercado a termo.

Em todo caso, como mostra a Tabela 4.1, os preços FAZ deveriam diminuir para todas as exportações e, levando em consideração estas hipóteses, o valor da produção cairia entre 12 e 14 bilhões de dólares, seja entre -34% e -40% em relação à safra 2007/08. Como resultado, a renda bruta dos produtores se contrairia entre 7,2 e 8,6 bilhões de dólares, ou seja, entre 30% e 40% em relação à safra precedente.

Se, como deveria ser o caso, as exportações diminuem em volume e valor em 2009, seu valor em divisas vai cair em cerca de 13 bilhões de dólares, ou seja uma perda equivalente a mais de 15% das exportações totais realizadas em 2008 e o risco de reduzir entre 80 e 90% o excedente da balança comercial obtido no ano precedente. Além do mais, o montante dos impostos recolhidos deveria atingir cerca de 5,3 bilhões de dólares contra 9 bilhões, em 2008. Esta perda para o orçamento do Estado representa mais de um terço do que tinha sido recolhido no ano precedente e cerca de 6% da coleta total de impostos da administração federal e cerca de 40% do superávit orçamentário de 2008⁵.

⁵ Instituto de Estudios Economicos/ Sociedad Rural Argentina y Política agropecuaria: *Pérdida de ingreso en el país por menor producción*. Néstor Eduardo Roulet, vice-presidente da CRA.

4.3 E no tocante à renda dos produtores...

Se o governo deparar-se com desafios incontornáveis, em consequência da degradação do contexto internacional, os produtores agrícolas deverão defrontar-se com um desafio ainda maior: o de assegurar um limite mínimo de rentabilidade.

Em consequência, o horizonte ficou obscurecido: uma redução no crescimento dos mercados emergentes asiáticos representa menos mercados para as exportações argentinas, adicionalmente à queda dos preços internacionais. O colapso do preço do petróleo que torna menos atrativa a produção de biocombustíveis e, enfim, um endurecimento das condições de acesso ao crédito do qual a Argentina não pode prescindir ...

Para contrabalançar a deterioração do contexto internacional, podia-se esperar medidas favoráveis em nível local, isto é nos dispositivos das políticas públicas voltadas para o setor agrícola: tributação, financiamento... Ora, não ocorre nada disso. As exportações de vários produtos como carne, trigo, leite são atingidas e permanecem submetidas a constrangimentos administrativos: contingenciamento e, mais ainda, um nível de quotas mutante, enquanto que os mercados a termo estão, de fato, limitados pela regulamentação; em resumo, os sinais do mercado estão paralisados pela intervenção pública.

Desse modo, a safra agrícola 2008/09 deveria ser afetada: constata-se uma diminuição da entrada de capital na agricultura proveniente dos agentes urbanos tais como os “fideicomisos” agrícolas, estes fundos de investimento que tinham disparado nos últimos anos. Os próprios produtores diminuíram os investimentos em equipamento durável o que afeta fortemente a indústria de máquinas agrícolas. Assim, para a safra 2008/09, o nível de investimento, todas as rubricas

compreendidas, deveria passar de 8 bilhões a 6,2 bilhões no próximo ano⁶.

Na perspectiva de uma diminuição das margens brutas, a prudência preside tanto em termos de área cultivada quanto nas escolhas de culturas: a cadeia da soja vê-se fortalecida com mais da metade área cultivada (17,7 milhões de hectares) é a ela consagrada (70% em Córdoba, primeira província produtora de soja e 65% em Santa Fé).

Para alcançar o limite de rentabilidade o produtor deve tentar atingir o “ponto morto”, ora este é móvel, pois depende dos custos de produção que progrediram estes últimos tempos e dos preços que diminuiriam.

No tocante aos custos de insumos, assistiu-se a uma forte progressão durante os primeiros meses de 2008. Certamente, encorajados pela elevação dos preços internacionais das matérias primas agrícolas: 73% para os adubos, 35% para os glifosatos, 68% para os fosfatos, enquanto que os preços das máquinas registravam uma alta moderada de 4% para as colheitadeiras e de 4% para os tratores⁷.

Neste novo contexto, a indústria de máquinas agrícolas será afetada diretamente. Em 2008, o volume total das máquinas permaneceu praticamente inalterado em relação ao ano de 2007 (28.028 unidades vendidas, em 2007, contra 26.642 unidades, em 2008, -5%)⁸

Mesmo em termos de número de negócios, este aumentou de 14% (ver Gráfico 4.4). Com uma forte progressão de máquinas importadas que se beneficiam de uma disponibilidade de financiamento que as torna mais concorrenciais do que as máquinas nacionais.

⁶ Estimativas de Openagro Consulting, citadas no artigo de Fernando Bertelle, La Nación 13.02.2009.

⁷ Segundo o IERAL, 19.06.2008.

⁸ INDEC, Informe de Coyuntura de la industria de maquinaria agrícola 2009.

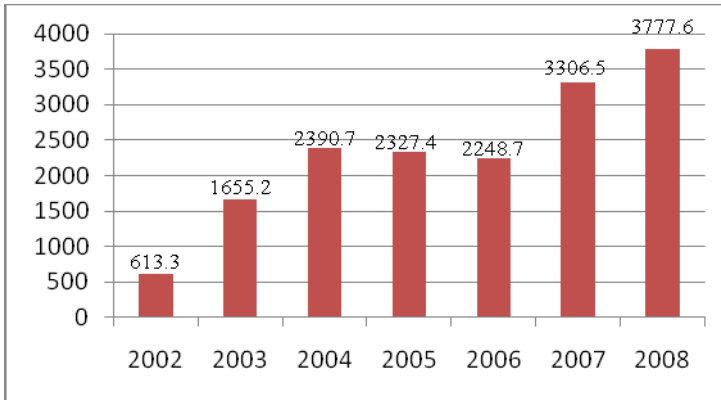


Gráfico 4.4 – Vendas de máquinas agrícolas de 2002 a 2008. (Em milhões de pesos)

Fonte: INDEC, Informe de coyuntura de la industria de maquinaria agrícola, 2009.

Contudo, durante o quarto trimestre de 2008, a reviravolta do mercado é marcante, as vendas de máquinas agrícolas caíram de 30% e esta tendência se agrava, pois no primeiro bimestre de 2009, a contração do mercado é maior. Em fevereiro de 2009, em relação a fevereiro de 2008, as vendas de tratores e colheitadeiras diminuíram respectivamente de 70 e 78%⁹.

Assim, o marasmo na produção agrícola tem fortes repercussões negativas sobre a indústria de máquinas agrícolas que emprega mais de 45 mil assalariados e afeta globalmente cerca de 150.000, incluindo as atividades ligadas a esta indústria a montante e a jusante¹⁰.

Na segunda metade do ano, os preços dos insumos, adubos e pesticidas se elevaram. Por causa disso, houve uma

⁹ ICA (Indicadores de Coyuntura Agropecuaria. Bolsa de Cereales. Año V, N° 53, Abril 2009

¹⁰ CAFMA (Câmara Argentina de Fabricantes de Maquinaria Agrícola).

redução nas culturas do milho e do trigo, culturas mais absorvedoras de insumos, em favor da soja. Além disso houve uma diminuição da área cultivada. Em oposição, os preços dos trabalhos agrícolas (preparação dos solos, plantio, colheita...) continuaram a aumentar em 17,3%, 20,5% e 9,4%, respectivamente, para o trigo, o milho e a soja¹¹.

O único item que terá uma diminuição dos custos será o de locação de terras, mas somente a partir do próximo ciclo (2009/10), pois para a safra em curso (2008/09) os produtores/locatários tinham alugado a um preço elevado em pleno boom dos preços das metérias primas nos meses de março a junho de 2008, e se encontram com uma rentabilidade negativa e duras perdas tendo em vista os preços internacionais.

Relembramos que a locação das terras se faz segundo três modalidades:

- a) preço fixo por hectare, freqüentemente pago em dinheiro e adiantado; aqui o risco é inteiramente assumido pelo locatário;
- b) preço pré-fixado mas em volume, em número de quintais de hectares; o risco dos preços é partilhado; o risco do rendimento ficando à cargo do locatário e;
- c) aluguel por porcentagem, o teto fixado segundo certa porcentagem da produção obtida; o conjunto do risco é inteiramente partilhado, segue-se que o adiantamento do capital e a gestão da produção ficam a cargo do locatário.

Esta ultima modalidade tende a ser reforçada com a queda dos preços da locação das terras. Esta baixa é estimada em 20%, em média, para o próximo ano. Certamente, esta diminuição será modulada segundo as regiões; será mais modesta, em torno de 10%, na zona central do nordeste pampeano, onde o aluguel por hectare tinha ultrapassado 180 dólares, em 2002, para 500 dólares, em 2008. A queda poderia ir até 40 ou 50% nas zonas periféricas onde a fertilidade da terra é

¹¹ Segundo o IERAL, Desafíos 2009 de la economía de Santa Fe, février 2009.

fraca e a produtividade mais baixa (Norte de Santa Fé, Entre Rios e sul de Buenos Aires)

O montante total da locação de terras deveria passar de 4,5 bilhões de dólares para 3,3 bilhões o que representaria economias para os locatários de terras mas uma perda de 1,2 bilhões de dólares na renda dos proprietários fundiários.

Como no período 2003/08 os preços internacionais estavam em alta, os grandes agentes de locação de terras, os “pools de siembra”, representaram um vetor na bolha dos preços por hectare; são agora esses mesmos setores que comandam a baixa, em virtude do seu poder de negociação e a possibilidade de aumentar suas inserções no Uruguai e no Brasil, diminuindo simultaneamente sua presença na próxima safra na Argentina.

Se os preços internacionais tornassem aos níveis do início de 2007, a margem bruta para os principais produtos, a soja, o milho, o trigo, deveria permanecer positiva como se pode observar na Tabela 4.2, tanto para as margens em termos nominais, isto é, em pesos, quanto em termos reais, em dólares, caindo respectivamente de 33% e 76%.

Tabela 4.2 – Margem bruta da exploração 2007/08 e 2008/09, por produtos, em termos reais e nominais. (em US\$ por hectare)

Cultura	Produtividade	MB Nominal Safra 07/08	MB Nominal Safra 08/09	MB Real Safra 08/09*	Varição da MB Nominal	Varição da MB MB real
Soja de verão	3,0	478	400	320	-16%	-33%
Milho	6,5	464	312	250	-33%	-46%
Soja de inverno	1,8	263	217	173	-17%	-34%
Trigo	2,5	236	71	57	-70%	-76%
Girassol	1,8	307	110	88	-64%	-71%

Fonte : IERAL segundo dados da Revista Márgenes Agropecuarios, Foco, 21.08.2008.

Nota : * taxa real, a inflação foi estimada em 25% em dólar.

Como se pode observar, a soja permanece a cultura com uma margem superior por hectare; o que é lógico sabendo que a razão margem bruta/custos de produção é a mais elevada (ver Gráfico 8).

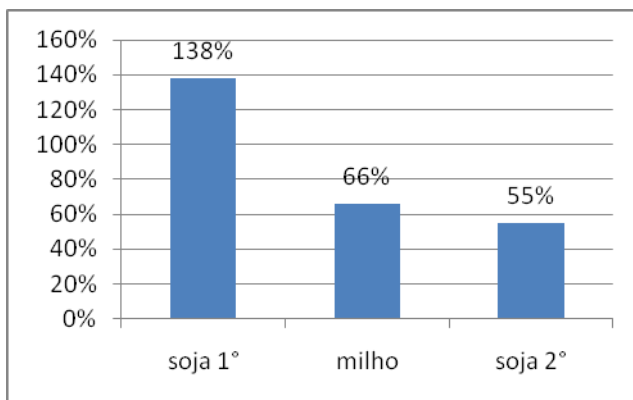


Gráfico 4.5 – Relação margens brutas e custos diretos da 1ª safra de soja, do milho e da 2ª safra de soja. Previsões safra 2008/09

Fonte: IERAL, segundo dados da Revista Márgenes Agropecuarios, Foco, 21.08.2008.

A queda das margens brutas afeta mais particularmente os pequenos e médios produtores e aqueles que obtêm uma produtividade mais fraca. Com efeito, nos custos de produção, as despesas estruturais, isto é os custos fixos, são decrescentes com a área cultivada. Assim, uma unidade produtiva de 1500 hectares gasta três quintais por hectare, enquanto que outra de 500 hectares gasta 4,3 quintais. Além disso, a possibilidade de utilização de tecnologias e de certos tipos de máquinas está relacionada com a escala de produção e não se justifica sua utilização nas pequenas explorações. Enfim, os custos de insumos podem ser reduzidos quando se tem um real poder de

barganha junto aos fornecedores, como é o caso dos “pools de siembra” que têm verdadeiras centrais de compra capazes de obter preços mais baixos para os fitossanitários e adubos e que têm uma política de gestão de estoques.

Para fazer face ao aumento dos custos e à baixa dos preços e, portanto, à compressão das margens, a solução sempre foi de recorrer a uma utilização mais intensa de novas técnicas e aumentar a escala de produção. Contudo, esta saída se encontra restrita em virtude do acesso mais difícil ao financiamento. As fontes de financiamento são o autofinanciamento, o crédito bancário, o crédito comercial ofertado pelos fornecedores de insumos e os fundos de investimento do tipo “fideocomiso” e/ou “pools de siembra”.

Para o crédito bancário não houve redução em 2008; no máximo certa redução do valor crédito por liquidar em uma província chave, Córdoba, enquanto que no resto do país o crédito bancário por liquidar continua a aumentar. Por outro lado, a contração do crédito comercial é comprovada pois os fornecedores têm dificuldades para se refinar em condições vantajosas. Como nós já tínhamos assinalado, em um horizonte incerto para os preços agrícolas, haverá um encolhimento dos fluxos de financiamento urbano que antes procuravam uma rentabilidade maior na atividade agrícola; especialmente, o aumento das taxas de juros e a especulação sobre as divisas reforçaram a preferência pela liquidez.

No que concerne a capacidade de autofinanciamento dos produtores, ela não é, por definição, uniforme e depende do nível de endividamento dos produtores, o qual é por vezes elevado em virtude dos significativos investimentos em máquinas realizados nos últimos anos. Ele depende também da disponibilidade de caixa e/ou de grãos estocados da colheita anterior, da qual uma parte não foi ainda comercializada e permanece ensilada no campo.

4.4 Uma mudança é necessária...

O principal desafio do governo argentino é preservar o excedente orçamentário e lidar com os importantes vencimentos da dívida que ocorrerão em 2009 e em 2010. Com base nos pressupostos da receita prevista no orçamento aprovado no último trimestre de 2008, as necessidades de financiamento para 2009 estavam praticamente cobertas. Mas, depois, todos os sinais ficaram vermelhos. O comércio exterior se contraiu e a atividade doméstica, de onde deviam provir as receitas esperadas, desacelerou-se. O desafio maior para o governo é então se financiar, sabendo que a Argentina não tem acesso ao mercado internacional de capital, pois lhe é proibido emitir obrigações antes de ter regularizada sua situação junto aos detentores de títulos que recusaram as condições de reestruturação da dívida pública que ela impôs, unilateralmente, em 2005. As fontes públicas bilaterais poderiam ser reabertas mais facilmente se a Argentina normalizasse sua situação junto ao Clube de Paris; ela poderia, em seguida, voltar-se para o FMI. Além disso e a sua maneira, a Argentina experimentou igualmente em 2008 um “sudden stop”, isto é, uma inversão súbita dos fluxos de capital. É verdade que os fluxos de entrada foram modestos nos últimos anos em termos de IDE e de investimentos de portfólio, inclusive para as emissões obrigatórias das empresas, créditos bancários e, mais modesto ainda, no conceito de emissão de títulos públicos, exclusivamente comprados pelo governo venezuelano. Contudo, o balanço dos fluxos líquidos positivos em 2007, foi drasticamente revertido pela saída de capitais, principalmente dos residentes.

Durante o ano de 2008, as saídas de capitais privados atingiram 23 bilhões de dólares. Segue-se que o país não poderia suportar tal sangria em 2009, sem que outros parâmetros, na linha de frente, as reservas internacionais e a paridade peso/dólar

não se deteriorem e fragilizem mais ainda o quadro macroeconômico. Durante o primeiro trimestre de 2009, a saída de capitais privados atingiu 4.370 milhões de dólares, assim, se a tendência permanecer a mesma, o montante anual seria similar ao de 2008.

Acuado pelas necessidades de financiamento, o governo encontra-se diante de um dilema: equilibrar suas contas sem sufocar a produção agrícola. Assim, no conflito que opõe os produtores rurais e o governo, há um ano, os dois protagonistas estão enfraquecidos. Além disso, o conflito foi altamente politizado, isto na perspectiva das eleições legislativas que deveriam ocorrer normalmente em outubro de 2009, e que foram antecipadas para junho por decisão do executivo. Como visto anteriormente, o conflito criou divisões e fissuras institucionais nas relações entre o governo central e os governos provinciais. Principalmente com os governos das províncias que mais contribuem para as exportações agrícolas.

Os produtores ficaram enfraquecidos e uma boa parte deles foi levada à falência pela seca que fez muitos estragos. No seu conjunto, eles dispõem de menos dinheiro mas detêm reservas de grãos estimadas em 5 milhões de toneladas.

Contudo, após um ano de conflito, o conjunto das organizações representativas do setor permanece ligado na ação, alinhadas em uma espécie de Coordenação (Mesa de Enlace) e isto apesar da politização e das conseqüências institucionais do conflito que acabamos de referir, que poderiam ter erodido sua coerência.

Fazendo-se um paralelo com a situação dos primeiros meses de 2008, poder-se-ia dizer que ela se agravou. À época, a questão consistia em saber sobre quem e em que proporção, incidiria uma renda crescente, dada e elevação abrupta dos preços internacionais. Hoje o drama se desenrola em um cenário degradado onde os atores têm margens de manobra bem menores.

O governo dificilmente pode ceder nos impostos, em particular nos relativos à soja, pois estas receitas financiavam praticamente o total do superávit orçamentário primário, em 2008, e só cobrirão 60% em 2009, na condição que os preços se estabilizem. A decisão recente do governo de partilhar com as administrações das províncias as receitas obtidas graças aos impostos sobre as exportações de soja não muda o processo; a situação dos produtores permanece a mesma. Assim, os produtores não têm razões para baixarem as armas pois suas margens foram corroídas; sobretudo para os pequenos e médios produtores que são os que engrossam a base social da mobilização anti-governamental. Portanto, sem deixar o atual quadro macro-econômico, a gestão se encontra face à “quadratura” do círculo. Encontrar uma alternativa viável supõe mudar a abordagem geral.

Em primeiro lugar, para desfazer a dependência na qual se encontra tanto o governo quanto os produtores agrícolas em relação à soja é preciso uma política que favoreça a oferta, capaz de tirar as amarras da capacidade de produção de que é possuidora a agricultura pampeana.

Com efeito, como se pode explicar um recuo tão significativo de produtos tais como o trigo, o leite e a pecuária bovina para os quais o Argentina detém vantagens comparativas comprovadas, se não fosse por causa das distorções introduzidas por medidas administrativas discricionários? Em um contexto adverso, com a produção em declínio e os produtores temerosos, a abordagem “fiscalista” cujo único objetivo é aumentar a receita do Estado está esgotada...

Com efeito, ao nível atual dos preços internacionais, a agricultura pampeana permanece rentável, mais ainda, sua vantagem comparativa vai se reforçar, pois outros concorrentes menos dotados em termos de disponibilidade de boas terras agrícolas se verão afastados da competição. Assim, por menos que se diminuam os impostos sobre as exportações da soja e que

se proceda a uma liberalização progressiva das restrições que pesam sobre outros produtos (carne, leite, trigo), os produtores aumentarão a área no próximo ano. Os volumes exportados compensarão os preços menores, e a Argentina ficará bem posicionada quando a economia mundial voltar a crescer e com ela a demanda de commodities, inclusive da cadeia de biocombustíveis.

O governo deveria voltar-se para políticas menos onerosas, diminuindo as subvenções e as transferências para o setor privado, assim como desmontar, progressiva e paralelamente, o sistema complexo de subsídios e de impostos sobre as exportações agrícolas. Ele deveria também normalizar a situação com os mercados internacionais de capital afim de não ser obrigado a manter um excedente orçamentário primário tão elevado. Em resumo, eis a mudança que é indispensável e que as eleições legislativas do meio-mandato, que se realizaram em 28 de junho, cujos resultados foram adversos ao governo, coloca na ordem do dia. Restará à Argentina dotar-se de uma política de Estado sobre o lugar e o papel da agricultura pampeana.

Nestas condições, o mérito deste longo conflito terá sido de tornar a sociedade consciente da importância dos interesses e dos ativos possuídos pelo país. Parece que chegou o momento de abrir uma ampla negociação para lhe permitir tirar partido das vantagens das cadeias agro-alimentares e, para isto, reformular as políticas públicas, levando em consideração a diversidade das situações, assim como a segmentação dos produtores segundo as diferentes regiões e tipos de produção, mas também de adotar um sistema fiscal agrícola estável e racional, capaz de assegurar ao mesmo tempo um horizonte previsível aos produtores e receitas substanciais para o Estado, eliminando os maus impostos e melhorando a coleta dos impostos internos que recaem sobre as sociedades, as rendas dos ativos acumulados, em particular sobre as grandes fortunas.

Mas um novo sistema tributário supõe uma reformulação do dispositivo de “cooperação”, de divisão das receitas entre Nação e Províncias e a sanção de uma nova lei tal como estipulava a reforma constitucional aprovada em 1994. Continuamente adiada, a reforma fiscal tornou-se inevitável.

5 Post-scriptum

Este artigo foi escrito há um ano. As principais tendências apresentadas na segunda parte, tanto em relação à produção agrícola quanto à evolução do contexto macroeconômico se confirmaram.

Faremos aqui alguns comentários complementares:

- 1) Em consequência do longo conflito que ocorreu durante o ano de 2008, das incertezas quanto à política governamental face ao setor agrícola e da seca sofrida durante vários meses pela região pampeana, a produção de grãos contraiu-se fortemente na safra de 2008/09. Contudo, um ponto positivo daí resulta: pela primeira vez depois de muitos anos, os custos de produção diminuíram, sensivelmente, tanto em relação ao aluguel da terra, quanto aos insumos (fertilizantes e agroquímicos) e aos preços dos trabalhos agrícolas.
- 2) Durante a safra de 2009/10, a estabilização dos preços internacionais (e uma melhora para alguns produtos, graças notadamente à boa conjuntura econômica da Ásia emergente), as condições climáticas favoráveis e a diminuição dos custos de produção permitiram voltar e, até mesmo, ultrapassar a dimensão da área cultivada. Assim, a safra que acaba de ser colhida atingiu um novo recorde de produção, cerca de 93 milhões de toneladas de grãos. Consta-se um aumento da preponderância da soja (cerca de 54 milhões de toneladas) na produção total.

- 3) Em relação ao contexto macroeconômico, podem ser feitas três observações:
- a) Finanças públicas. Tal como tínhamos analisado, a degradação das finanças públicas continuou. De um lado, o saldo orçamentário primário, excluído o pagamento dos juros da dívida pública, antes positivo, desapareceu e tornou-se negativo em mais de 1% do PIB, enquanto que a maior parte das províncias experimentou um déficit fiscal crescente. A contração da atividade econômica interna e a diminuição das exportações, em particular das agrícolas, que contribuem para a cobrança dos impostos, explicam a deterioração das finanças públicas.
 - b) Balança comercial. Durante o ano de 2009, a Argentina conseguiu manter um excedente comercial substancial apesar da queda das exportações, graças à retração ainda maior das importações. A diminuição das importações foi comandada pela contração da atividade econômica interna que fez cair a demanda de produtos importados, em particular de insumos e de bens de capital. Mas teve igualmente, da parte do governo, uma deliberação de limitar as importações para conter a degradação do excedente comercial. Um conjunto de medidas administrativas foi adotado para bloquear ou ao menos retardar as importações provenientes, em particular, da China e do Brasil. Estas medidas protecionistas geraram tensões com os dois parceiros comerciais e tiveram conseqüências nas relações comerciais com a China. Com efeito, no início de 2010, a China tomou medidas de retaliação sobre as importações argentinas de óleo de soja. Ora, esse subproduto do complexo agroindustrial da soja ocupa uma posição dominante nas exportações para a

China, que é o principal mercado para as exportações argentinas. Hoje, o fechamento parcial do mercado chinês gera um excedente na capacidade instalada da indústria de trituração dos oleaginosos e obriga a Argentina a procurar, precipitadamente, mercados alternativos. A Índia e o Irã compram parte do excedente disponível, mas forçam os exportadores argentinos a reduzir o preço. Há, portanto, uma redução nos ganhos. A forte retomada da economia brasileira permitiu um forte crescimento das exportações argentinas de produtos primários e, sobretudo, do setor automobilístico. Entretanto, aqui também, as fragilidades de competitividade ficam evidenciadas. Constata-se, ao mesmo tempo, a persistência do déficit comercial da Argentina e, sobretudo, um volumoso e crescente déficit comercial na balança de produtos industriais. Assim, o contexto da crise do comércio internacional, agravado pela retomada da mesma, revelaram as deficiências que afetam a Argentina no plano da competitividade, fragilidades que nós apresentamos na primeira parte do artigo, e que se manifestam com mais força atualmente.

- c) Financiamento externo. O problema do acesso ao financiamento internacional para o setor público permanece inalterado. Uma nova proposição argentina unilateral de recompra dos títulos em mãos dos investidores privados foi realizada recentemente; seu sucesso foi mitigado. Uma percentagem importante da dívida permanece sem ser regularizada. O nível do risco país permanece muito elevado. Na hipótese de novas emissões soberanas, a Argentina deverá pagar taxas superiores a 10% em dólar, o que é três vezes superior àquela que o

mercado exige do Brasil, por exemplo. Por outro lado, a negociação para uma normalização com os credores públicos reunidos no Clube de Paris permanece em espera. Nesse contexto, em dezembro de 2009, o governo decide de lançar mão das reservas cambiais para fazer face às exigências da dívida pública. Além de criar um conflito político e legal com o Banco Central e o Congresso, esta decisão pode se mostrar de graves conseqüências no médio prazo. Com efeito, a Argentina detém um nível respeitável de reservas cambiais e dispõe de um fluxo anual de dólares largamente positivo. No ano em curso, a retomada das exportações, graças à produção recorde, garante ao país que não haverá penúria de dólares. O problema é que o país não tem um excedente suficiente para compra esses dólares, sobre o mercado ou junto ao Banco Central, e fazer face aos pagamentos das obrigações financeiras do Tesouro Público. Daí uma punção discricionária progressiva das reservas internacionais ameaça degradar o balanço do Banco Central e isso num contexto inflacionário – estimativas não oficiais calculam uma inflação de pelo menos 25% no ano em curso. O corolário seria uma deterioração do contexto macro-econômico, um reforço das expectativas inflacionárias o que afetaria as decisões de investimento das empresas. Isto é tão mais grave pois a fuga de capitais, que tinha conhecido certa calma no final de 2009, é retomada. Estima-se que 80% do excedente comercial obtido durante o primeiro semestre de 2010 serviu para financiar a saída de capitais privados.

Enfim, no que concerne aos produtores agrícolas e ao jogo de interesses da taxaço de suas exportações, há riscos do

conflito se reacender. Com efeito, a forte retomada da produção de grãos gerou um aumento dos custos de armazenagem, aumento que anulou e mesmo ultrapassou a diminuição dos custos de produção experimentados na safra precedente. Em acréscimo, a retomada das tensões inflacionárias, enquanto que a paridade peso/dólar permanece estável, não pode senão erodir a rentabilidade de uma boa parte das explorações agrícolas, a não ser que o Congresso venha a forçar, rapidamente, uma diminuição sensível nos impostos sobre as exportações.

BIBLIOGRAFIA

ABECEB.COM (Agence argentine de consultation économique online). LAMOTHE, Mario et LAZARTE, Horacio. Comercio con China: el fin de una etapa de balance positivo. In **Informe económico semanal**, 2.02.2009.

_____ Resultados del comercio exterior argentino. 28.01.2009.

_____ Perspectivas para las exportaciones en 2009. **Informe especial**, fevereiro de 2009.

_____ La caída del comercio mundial muestra fuertes efectos en la región en el primer bimestre del año. **Informe Económicos Mensual**. Abril 2009.

ARGAÑARAZ, Nadin. Porqué se debe ser prudente con aumento del gasto público. IERAL, **Revista Novedades Económicas**, Año 30 – Edición N° 489, 14 de octubre de 2008.

ARGAÑARAZ, Nadin. Retenciones y coparticipación de impuestos: ¿Cuánto ingreso están resignando las provincias? IERAL, **Monitor fiscal**, N° 8, 7.04.2008.

BERTRAND Jean-Pierre, HILLCOAT, Guillermo. **Les principaux facteurs de la compétitivité des filières céréales et**

oléo-protéagineux au Brésil et en Argentine: politiques des Etats et stratégies des acteurs. Contrat SIA/FOP-INRA, décembre 2001, 423 p.

BERTRAND, Jean-Pierre et HILLCOAT, Guillermo. **Brésil et Argentine. La compétitivité agricole et agro-alimentaire en question**, Paris, Editions INRA-L'Harmattan, 1996, 319 p.

BNPPARIBAS. **Conjoncture**, n°1, janvier 2009.

BOLSA DE CEREALES. Estimaciones agrícolas. **Panorama Agrícola Semanal**. Relevamiento al 12.12.2008.

BRODERSOHN, Mario. Frente a la oportunidad internacional más excepcional de la historia argentina. **Argentina Macroeconomic Outlook**, Econométrica S.A. Junio 2008.

CASTIÑEIRA, Ramiro. Volvió el atraso cambiario. In **Argentina Macroeconomic Outlook**, Econométrica S.A. Diciembre 2008.

CECONI, Tulio; CECONI, Jorgelina; CECCARELLI, Virginia. Desafíos 2009 de la economía de Santa Fé. IERAL, **Documento de Trabajo** Año 15 – Edición N° 76, febrero de 2009.

CEP (Centro de Estudios para la Producción), Secretaría de Industria, Comercio y Pyme, Ministerio de Economía y Producción. **Síntesis de la economía real**. Sept. 2008.

_____. Monitoreo del comercio exterior argentino. Primeros 9 meses de 2008.

_____. Comercio bilateral Argentina-Brasil, enero-abril 2008.

_____. Comercio bilateral Argentina-China, año 2007.

CEPAL. Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2008.

ECONOMÍA & REGIONES, **Reporte Económico** N° 70: Breve comentario sobre la derogación de la Resolución 125 del Ministerio de Economía; El comportamiento de la política monetaria en el contexto de la crisis agropecuaria.

GARZON, Juan Manuel; FARRE, Carolina; ROSSETTI, Valentina. Desafíos y cambios en la actividad agrícola frente al nuevo escenario. IERAL, **Revista Novedades Económicas**, Año 31 – Edición N° 508, 5 de enero de 2009.

GARZON, Juan Manuel. Cuantificando el impacto que los problemas del agro tendrán en las macro variables. IERAL, **Informe de coyuntura**. Año 18 – Edición N° 524, 12 de febrero de 2009.

ICA (Indicadores de Coyuntura Agropecuaria). Año V, N° 53, Abril 2009.

IDESA (Instituto para el Desarrollo Social Argentino). Detrás de las retenciones hay serios problemas de “caja”. **Informe Nacional**, N° 239, 29.06.2008.

IDESA (Instituto para el Desarrollo Social Argentino), 31.03.2008.

IERAL. El conflicto del campo : los datos que el Congreso debería tener en cuenta al tratar las retenciones. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17, Edición N° 483, 19 de Junio de 2008.

_____. Sigue subiendo la presión tributaria, apoyada en retenciones, y también el gasto público, sesgado hacia los subsidios. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17, Edición N° 486, 3 de Julio de 2008.

_____. Efectos de los derechos de exportación móviles. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17, Edición N° 473, 15 de Mayo de 2008.

_____. Baja de tasas en Estados Unidos: un instrumento poderoso, pero que a la vez implica reconocer la magnitud del problema. **Informe de Coyuntura** – Edición Especial. Año 17 – Edición N° 457, 31 de enero de 2008.

_____. Los precios de materias primas revierten a nivel de 2007 afectando las exportaciones y la recaudación por retenciones. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17 –Edición N° 511, 13 de Noviembre de 2008.

_____. En qué nivel aterrizarán los precios de las materias primas que exporta Argentina. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17 –Edición N° 494, 14 de Agosto de 2008.

_____. Tras la derogación de la 125, progresiva normalización de exportaciones agrícolas. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Mensual. Año 17 –Edición N° 496, 28 de Agosto de 2008.

_____. Materias primas, China y Brasil, tres variables claves para las exportaciones argentinas. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17 –Edición N° 505, 16 de Octubre de 2008.

_____. De mantenerse los actuales precios de las materias primas, 2009 marcará una caída de 33% respecto del promedio 2008. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17 – Edición N° 514, 12 de Diciembre de 2008.

_____. El ajuste que la economía argentina ya no podía evitar se complica por la caída de los precios de exportación. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Anual. Año 17 –Edición N° 515, 19 de Diciembre de 2008.

_____. Con los actuales precios de las materias primas ya se tiene una suba promedio de 40% sobre 2007. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Año 17 Edición N° 467, 10 de abril e 2008.

_____. La campaña agrícola 2008/2009, con menos márgenes y más interrogantes. **Informe de Coyuntura del IERAL**, Semanal. Año 17 –Edición N° 495, 21 de Agosto de 2008.

IES. Ecolatina, IES, **Informe Económico Semanal** N° 686, 10.10.2008.

INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos), Rép. Argentina, Ministerio de Economía y Producción, Secretaría de Política Económica, Buenos Aires, 27 de marzo de 2008.

UIA (Unión Industrial Argentina), CEU (Centro de Estudios), **Actualidad del Comercio Exterior Argentina-Brasil**. N° 2, 2009.

VASCONCELOS, Jorge. Los tres nudos gordianos. **Revista Novedades Económicas**, IERAL. Año 30 – Edición N° 452, 20 de Maio de 2008.

_____. En un terreno minado, la clave es no cometer errores. IERAL, **Revista Novedades Económicas**, Año 30 – Edición N° 506, 29 de dezembro de 2008.

_____. Campo: los precios volvieron a 2007 pero las políticas todavía refieren a 2008. **Revista Novedades Economicas**, Año 31 Edicion N° 509, 12 de janeiro de 2009.

_____. La Argentina, blindada por la soja, cuántos tiroteos podrá enfrentar? **Revista Novedades Económicas**, IERAL. Año 30 – Edición N° 414, 14 de Enero de 2008.